

MAR 2026

INSIGHTS

Acordo UE–Mercosul
avança, mas ainda está
longe de gerar
benefícios econômicos
concretos

ELABORADO POR

Filipe Prado Macedo da Silva



Acordo UE–Mercosul avança, mas ainda está longe de gerar benefícios econômicos concretos

Filipe Prado Macedo da Silva*

Depois de 25 anos de negociações intermitentes, o Acordo de Associação entre a União Europeia (UE) e o Mercosul voltou a ganhar impulso político.

Nas últimas semanas, avanços institucionais importantes ocorreram na América do Sul: em 26 de fevereiro, o Uruguai foi o primeiro país a ratificar o Acordo UE–Mercosul; no dia seguinte, em 27 de fevereiro, foi a vez da Argentina completar a ratificação parlamentar; e, nesta última-feira (17/03), o Brasil (em sessão solene no Congresso Nacional) e o Paraguai (em sessão na Câmara dos Deputados) promulgaram o Acordo UE–Mercosul.

Do lado europeu, a ratificação pelos 27 países-membros ainda percorrerá um verdadeiro labirinto institucional, marcado por críticas persistentes e protestos da sociedade civil, sobretudo de agricultores, além da forte oposição de lideranças políticas relevantes, como o francês Emmanuel Macron.

É importante recordar que, em 9 de janeiro, o Conselho Europeu – instituição que reúne os chefes de Estado e/ou de Governo da UE – deu o aval político ao Acordo UE–Mercosul, autorizando a Comissão Europeia, braço executivo do bloco, a proceder à sua assinatura com o Mercosul em 17 de janeiro, marcando a conclusão formal das negociações.

O problema é que, poucos dias depois, em 21 de janeiro, o Parlamento Europeu – braço legislativo da UE – travou o processo de aprovação do Acordo UE–Mercosul ao remeter a questão ao Tribunal de Justiça da UE, judicializando o tema no âmbito do sistema jurídico do bloco. Então, na prática, a questão está paralisada, e pode levar mais de um ano e meio para ser analisada pelo Tribunal.

Porém, assim que a Argentina e o Uruguai ratificaram o Acordo UE–Mercosul, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, emitiu uma declaração de que “quando eles [os sul-americanos] estiverem prontos, nós [europeus] estaremos prontos”, confirmando que a UE adotará a “aplicação provisória”, mesmo diante de sua judicialização e dos vários protestos dentro do bloco.

O fato é que o acordo avançou de forma significativa, mas ainda está longe de alcançar sua implementação definitiva.

Para os europeus, o acordo é mais político-estratégico do que econômico

Em dois artigos anteriores, argumentamos que tanto a validação do Acordo UE–Mercosul quanto sua posterior confirmação foram impulsionadas pelas pressões tarifárias e pelo contexto geopolítico imposto pelos EUA.

Isto quer dizer que as ações constrangedoras de Trump levaram a UE a redirecionar suas energias diplomáticas para o cenário global, intensificando a negociação de vários acordos comerciais: com o Mercosul, a Índia, a Suíça, a Nigéria, a Austrália, a Malásia, o Canadá, entre outros.

Dessa maneira, o Acordo UE–Mercosul assume, para os europeus, um papel muito mais político-estratégico do que estritamente econômico.

A UE tem demonstrado disposição diplomática para arcar com os custos políticos internos, como os [maiores protestos de agricultores em Bruxelas desde os anos 1990](#), a fim de consolidar o acordo como um instrumento de reequilíbrio geopolítico, reduzindo assim [vulnerabilidades em relação aos EUA](#) e à crescente influência chinesa na Europa.

Embora se destaque que os dois blocos, juntos, [representem cerca de 30% do PIB global e mais de 720 milhões de consumidores](#), é necessária cautela na análise dos dados recentes do comércio bilateral entre a UE e o Mercosul.

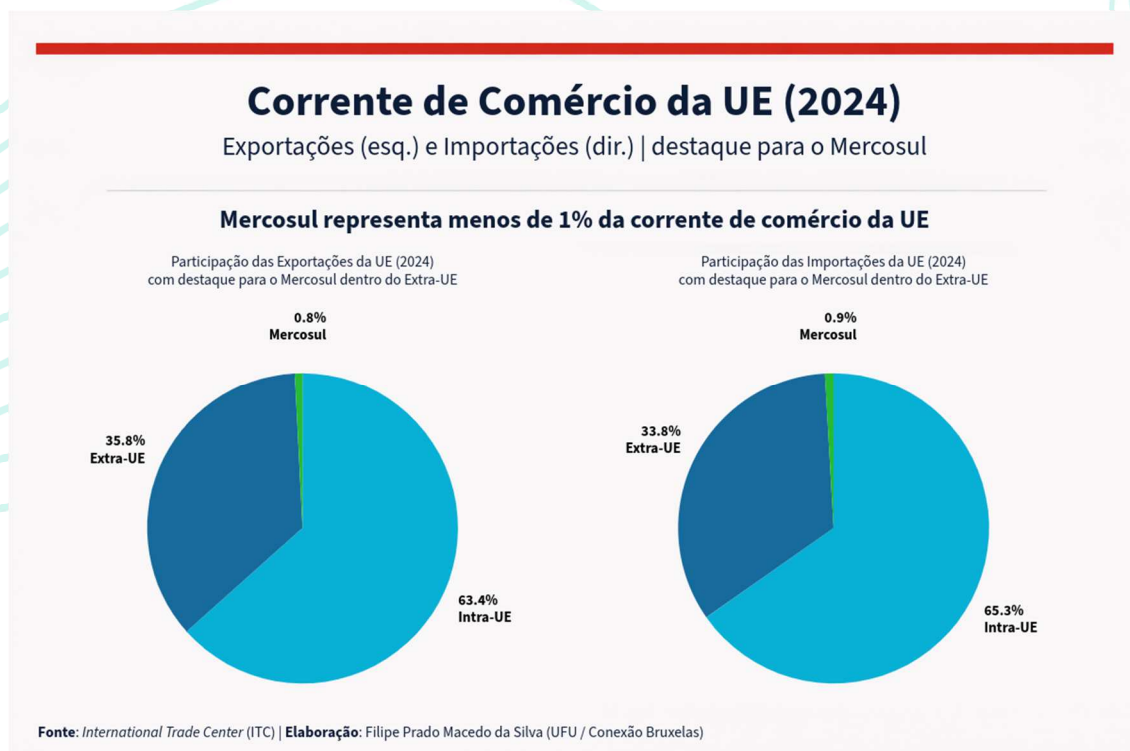
Dados do [International Trade Center](#) (ITC) para o período de 2015 a 2024 indicam que, do ponto de vista europeu, o comércio com o Mercosul permanece relativamente limitado: as importações dos sul-americanos representaram, em média, 0,93% do total comprado pela UE, enquanto as exportações para o Mercosul corresponderam a cerca de 0,85%.

Por exemplo, em 2024, o último ano com dados consolidados, a UE registrou importações de US\$ 6,62 trilhões e exportações de US\$ 6,88 trilhões. Nessa corrente de comércio, que corresponde à soma desses fluxos, o Mercosul respondeu por apenas US\$ 121,8 bilhões.

O Acordo UE–Mercosul pode, no longo prazo, ampliar a presença de bens e serviços sul-americanos no mercado europeu; porém, no curto prazo, seu impacto econômico tende a ser praticamente imperceptível para empresas e consumidores na UE.

Isso porque, no comércio internacional, novas relações levam tempo para se consolidar, uma vez que envolvem a negociação de novos contratos, a definição de estratégias de comercialização, a adaptação de rotas logísticas e a formação de novas redes de negócios que não existiam anteriormente.

Além disso, a UE depende muito mais da corrente de comércio de “dentro do bloco” (intra-UE) do que das trocas com parceiros externos (extra-UE).



Para os sul-americanos, o acordo é evidentemente econômico

Para os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – o acordo com a UE tem elevada relevância econômica.

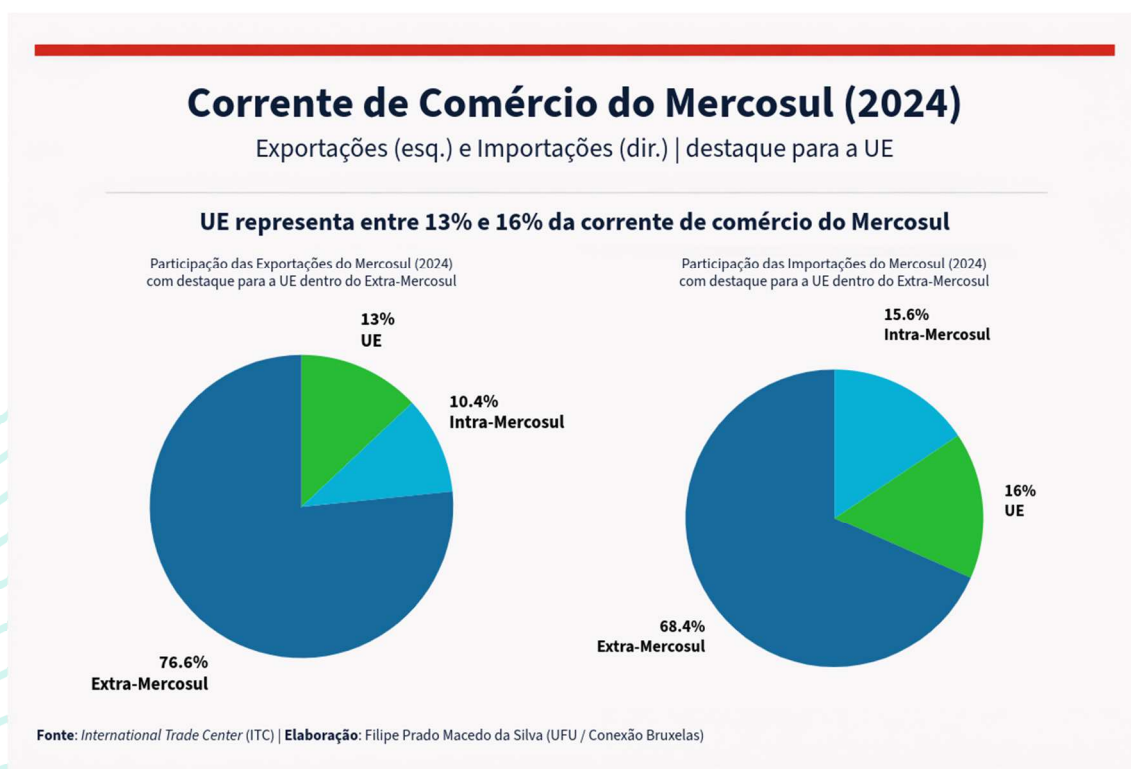
Não por acaso, o processo negociador foi marcado por baixa resistência política interna e por limitada contestação dos setores produtivos, o que reflete um alinhamento amplo em torno dos potenciais ganhos de acesso a mercado e diversificação comercial.

Vale destacar que o Mercosul depende muito mais da corrente de comércio com parceiros externos (extra-Mercosul) do que com os países de “dentro do bloco” (intra-Mercosul).

De cada US\$ 100 do comércio internacional do bloco sul-americano, sejam importações ou exportações, mais de US\$ 80 correspondem a transações com parceiros externos. Esse dado evidencia o baixo nível de integração comercial intrabloco no Mercosul.

Em 2024, o Mercosul registrou importações de US\$ 368,3 bilhões e exportações de US\$ 451,8 bilhões. Nessa corrente de comércio, a UE respondeu por 16% das importações sul-americanas (US\$ 59 bilhões) e por 13% dos destinos das exportações (US\$ 60 bilhões).

É evidente que a UE possui maior relevância comercial para o Mercosul do que o Mercosul para a própria UE.



É preciso ter cautela em relação aos benefícios econômicos

Longe da euforia política, o Acordo UE–Mercosul ainda tem um longo e sinuoso caminho de controvérsias a percorrer antes de se traduzir em benefícios econômicos concretos.

Além disso, ninguém sabe ao certo qual será a velocidade e a intensidade dos ganhos para o Mercosul. A materialização dos benefícios dependerá não apenas da entrada em vigor do acordo, mas também da capacidade dos países do bloco sul-americano de se adaptarem

às regulações europeias, diversificarem suas exportações e consolidarem novas relações comerciais.

Portanto, mais do que um ponto de chegada, o acordo deve ser entendido como o início de um processo gradual, cujos resultados serão construídos ao longo do tempo.

Como citar:

SILVA, Filipe Prado Macedo da. Acordo UE–Mercosul avança, mas ainda está longe de gerar benefícios econômicos concretos. *Insights*, n. 28. Monte Carmelo, MG: Conexão Bruxelas, 2026. PDF. Disponível em: <https://conexaobruelas.org>

*Professor e Pesquisador do Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Analista em Europa e União Europeia. Líder do “[Conexão Bruxelas | Grupo de Estudo sobre Europa e União Europeia](#)”. E-mail institucional: filipe.prado@ufu.br

INSIGHTS